

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 3

Demonstração do resultado 4

Demonstração do resultado abrangente 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) 6

Demonstração do fluxo de caixa 7

Demonstração do valor adicionado 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Odoyá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras


A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado em Nota Explicativa 1 às Demonstrações Financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia em 31 de dezembro de 2014 apresenta prejuízo acumulado no montante de R\$ 44.112, passivo a descoberto de R\$ 43.112 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 7.708.749 e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de seus projetos até que suas operações se iniciem. As Demonstrações Financeiras não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso algum dos investimentos não apresente o resultado esperado, que dependem do sucesso de suas operações futuras e aporte adicional de recursos.


Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), para o período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para concessionárias de energia do setor elétrico. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2015.

Chronus Auditores Independentes S/S
CRC-PE-000681/O S - RJ


Rosivam Pereira Diniz
Contadora - CRC - PE - 014050/O-4 - S - RJ

Odojá Transmissora de Energia S.A.
 Balanço patrimonial
 Em 31 de dezembro de 2014
 (Em reais)

	Nota	31/12/2014
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.077
Ativo não circulante		
Ativo financeiro (concessão – amortizável e indenizável)	5	8.446.983
Total do ativo		8.479.060
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Passivo circulante		
Fornecedores	6	5.468.053
Obrigações sociais e trabalhistas		3.167
Obrigações tributárias		3.584
Partes relacionadas	7	2.266.022
		7.740.826
Passivo não circulante		
Impostos diferidos	8	781.346
Total do passivo		8.522.172
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social integralizado	9	1.000
Prejuízos acumulados		(44.112)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(43.112)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		8.479.060

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Para o período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2014

(Em reais, exceto quantidade de ações)

	De 12/05/2014 a 31/12/2014
Receita operacional bruta	
Receita de construção	7.709.749
Receita de remuneração dos ativos da concessão	737.234
	8.446.983
Deduções da receita operacional	(781.346)
Receita operacional líquida	7.665.637
(-) Custos de construção	(7.709.749)
Resultado bruto	(44.112)
Despesas administrativas	-
Resultado antes do resultado financeiro	(44.112)
Resultado financeiro	-
Resultado antes dos impostos	(44.112)
IRPJ e CSLL	-
Prejuízo do período	(44.112)
Quantidade de ações	1.000
Prejuízo do período por ação (em R\$)	(44,11)



As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Odojá Transmissora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Para o período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2014
(Em reais)

	De 12/05/2014 a 31/12/2014
Prejuízo do período	(44.112)
Outros resultados abrangentes	-
Prejuízo do período	(44.112)



As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldo inicial em 12 de maio de 2014, data de constituição	11	1.000	-	1.000
Prejuízo do período		-	(44.112)	(44.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11	1.000	(44.112)	(43.112)



As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Odojá Transmissora de Energia S.A.
 Demonstração do fluxo de caixa
 Em 31 de dezembro de 2014
 (Em reais)

	<u>31/12/2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Itens do resultado que não afetam o caixa:	
Prejuízo do período	(44.112)
Impostos diferidos	781.346
Ajustes de capital de giro:	
Aumento/(redução) de fornecedores	5.468.053
Aumento/(redução) de partes relacionadas	2.266.022
Aumento/(redução) de obrigações sociais e trabalhistas	3.167
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	3.584
Fluxo de caixa originado das atividades oper.	<u>8.478.060</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição do ativo financeiro (concessão – amortizável e indenizável)	(8.446.983)
Fluxo de caixa aplicados em atividades de invest.	<u>(8.446.983)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	1.000
Fluxo de caixa líquido em atividades de finan.	<u>1.000</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>32.077</u>
Caixa e equivalentes no início do período	-
Caixa e equivalentes no fim do período	32.077
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>32.077</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.
Demonstração do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2014
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>
Receitas	
Receita com ativo financeiro	7.709.749
Receita de construção	737.234
	<u>8.446.983</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Custos de construção	<u>(7.709.749)</u>
Valor adicionado bruto	<u>737.233</u>
Valor adicionado líquido	<u>737.233</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquido	<u>-</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>737.233</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>737.233</u>
Impostos, taxas e contribuições	781.346
Prejuízo do período	(44.112)



Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

Em reais

1. Informações gerais

A Odojá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1701 – Centro – 20.030-021 - Rio de Janeiro – RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho – Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III – Juazeiro da Bahia II, 1 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II – Sapeaçu, 300 km;

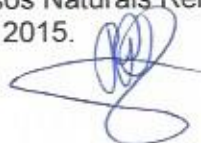
O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569.000 (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

O início da operação está prevista para ocorrer de acordo com o cronograma estabelecido no Contrato de Concessão, estando em pleno funcionamento em março de 2018

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

A Licença de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas para essa operação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ainda não foi obtida e está programada para ocorrer em maio de 2015.



2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir no tópico 3.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base em diversas avaliações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Pelo fato da Companhia ter sido constituída em 12 de maio de 2014, com movimentação apenas a partir da assinatura do contrato de concessão, ocorrido em 5 de setembro de 2014, estas Demonstrações Financeiras não apresentam saldos comparativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

A emissão das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foi autorizada pela diretoria executiva em 14 de janeiro de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

Em reais

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações financeiras e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.



3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Fornecedores:** incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.



3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

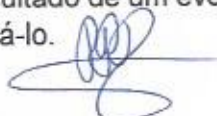
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.



Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Ajuste de valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Taxas regulamentares que serão devidas no momento da operação

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

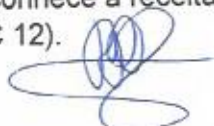
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de Energia Elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).



Odox Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

Em reais

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos



Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

Em reais

recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

iv) Provisão para litígios

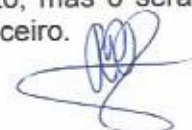
A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

v) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

vi) Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.



vii) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento, a esta foi acrescida margem de construção, equivalente ao PIS/COFINS diferido.

viii) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia, abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

ix) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13 Demonstração do valor adicionado


A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas e requerida pela ANEEL para concessionárias do setor elétrico nas demonstrações financeiras anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/12/2014</u>
Caixa	999
Bancos conta movimento	
Banco Bradesco S.A.	31.030
Banco Santander	48
Total	<u><u>32.077</u></u>

5. Ativo financeiro (concessão – amortizável e indenizável)

A Companhia possui o contrato 17/2014 de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 5 de setembro de 2014, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Foi outorgada a Companhia a concessão para exploração do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos.



Odojá Transmissora de Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014
Em reais

A Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento, acrescido de margem de construção.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	<u>31/12/2014</u>
Ativo financeiro - Indenizável	1.162.305
Ativo financeiro - Amortizável RAP	<u>7.284.678</u>
	<u>8.446.983</u>

Ativo financeiro – Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Ativo financeiro – Amortizável RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida - RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 17/2014, assinado em 5 de setembro de 2014 com a União, por intermédio da ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação dos empreendimentos descritos na nota 1.

Após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá a revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica pela execução de reforços e ampliações nas instalações de transmissão.



Pela disponibilidade das instalações de transmissão para operação comercial, a Companhia tem direito, a receita anual permitida (RAP) no valor original de R\$ 45.569.000, resultante da sua proposta financeira, líquida de PIS e COFINS.

A Receita Anual Permitida - RAP, é reajustada pelo IPCA, anualmente, conforme descrito na cláusula 6ª do Contrato de Concessão. De acordo com o CPC 37, ICPC-01 e OCPC-05, a receita a ser contabilizada no resultado da empresa não deverá ser mais a RAP, fornecida pelo Operador Nacional do Sistema, e sim as receitas com o Ativo Financeiro, de O&M e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela empresa, e agora servirá para amortização do Ativo Financeiro não indenizável.

6. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>
Materiais e serviços	<u>5.468.053</u>

7. Partes relacionadas

	<u>31/12/2014</u>
Recursos destinados a aumento de capital Cymi Holding S.A.	<u>2.266.022</u>

8. Impostos diferidos

PIS/COFINS diferidos

A companhia registra PIS/COFINS, diferidos conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>
PIS (1,65%)	139.375
COFINS (7,6%)	<u>641.971</u>
	<u>781.346</u>

O valor refere-se a apuração tomando-se como base a receita de construção e a remuneração dos ativos financeiros registrados como receita operacional e encontra-se fundamentado na expectativa de geração de receitas tributáveis futuras, tendo como base a Receita Operacional Líquida – RAP, orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pela administração da companhia, utilizado no Leilão objeto do Contrato de Concessão.



Conciliação da despesa de PIS e COFINS

	<u>31/12/2014</u>
Receita de Construção	7.709.749
Receita de atualização do ativo financeiro	<u>737.234</u>
Base de cálculo no exercício de 2014	8.446.983
PIS pela alíquota não cumulativa - 1,65%	139.375
COFINS pela alíquota não cumulativa - 7,60%	<u>641.971</u>
	<u>781.346</u>

9. Patrimônio líquido – passivo a descoberto

No ano de 2014 a Companhia integralizou seu capital social em R\$ 1.000, com a subscrição de 1.000 ações, o qual é representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% do Capital Social</u>
Cymi Holding S.A.	999	99,90%
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	<u>1</u>	<u>0,10%</u>
	<u>1.000</u>	<u>100,00%</u>

10. Remuneração da administração

Não houve remuneração da administração para este exercício.

11. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da companhia. A companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de liquidez

A companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Até a entrada de operação das linhas de transmissão e suas subestações, através de aportes financeiros e financiamentos com terceiros a operação da Companhia será mantida.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2014.



12. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O valor do prêmio anual pago foi de aproximadamente R\$ 495.000.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria Teresa Ballesta López
Diretora Administrativa Financeira

Carlos Eduardo Assumpção Olesko
Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dalmo Silva de Almeida
Contador CRC-RJ 067094/O-2

* * * * *

